

**LEI Nº 149/2015**

**DE 15 DE JUNHO DE 2015**

**INSTITUI O PROGRAMA EMPREENDER  
MUNICIPAL DE PEDRINHAS/SE E DÁ OUTRAS  
PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRINHAS, ESTADO DE SERGIPE.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica estabelecido o Programa de Apoio ao Empreendedorismo do Município de Pedrinhas/SE “PEDRINHAS EMPREENDEDORA” vinculado ao Gabinete do Prefeito.

**Parágrafo Único.** A Coordenadoria do Programa “PEDRINHAS EMPREENDEDORA”, é responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias à implementação do Programa a que se refere o Caput deste artigo, podendo para tanto, na forma da Lei, firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias e adotar as iniciativas indispensáveis ao bom cumprimento dos objetivos compreendidos por referidas ações, fazendo uso dos seus recursos institucionais e dos que forem destinados na presente Lei.

**Art. 2º** O Programa “PEDRINHAS EMPREENDEDORA” tem como prioridade a concessão de crédito produtivo orientado com o objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda entre os Empreendedores do Município de Pedrinhas/SE, bem como apoiar e fortalecer a economia solidária, o micro empreendedor individual, o micro empresário, o empresário de pequeno porte, a agricultura familiar, os catadores de resíduos sólidos, os autônomos e as cooperativas de produção do Município, destinando-se a:

I – aumentar as oportunidades de emprego através de criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de negócios, formais e informais, através da concessão de empréstimos de recursos financeiros, facilitação do acesso as novas tecnologias de produção e assistência técnica especializada aos empreendedores e a logística de distribuição e conquistas de novos mercados;

II – elevar a qualidade de vida da população pela criação de fontes de renda segura e consistente, que proporcione sustento às famílias de empreendedores, em particular às de baixa renda;

Praça Heribaldo Alves de Góis, 08 – Centro – CNPJ 13.098.736/0001-96 – CEP.  
49350-000

PEDRINHAS/SE – FONE/FAX (079)3648-1465/1210 – [prefeitura.pedrinhas@bol.com.br](mailto:prefeitura.pedrinhas@bol.com.br)

III – promover a capacitação e a qualificação gerencial de empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando aprimorar suas aptidões e assegurar acesso a inovação tecnológica que lhes garanta maior eficiência produtiva e competitividade no mercado;

IV – promover sistemas associativos de produção mediante a criação e manutenção de centrais de compras, de produção e vendas, sob a gestão dos empreendedores, formais e informais, de pequenos negócios;

V – oferecer infraestrutura para facilitar o escoamento da produção e possibilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao sistema de comercialização;

VI – viabilizar participação dos empreendedores, formais e informais em feiras e exposições onde quer que sua presença possa contribuir para o desenvolvimento de suas atividades;

VII - apoiar e estimular a criação de organizações e mecanismo de microcrédito produtivo e orientado;

VIII – apoiar e estimular a plena aplicação em âmbito municipal do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Lei 9.841/1.999 - e da Lei Geral das MEs e EPPs – Lei 123/2.006; e

IX – apoiar e estimular a consolidação de ação de suporte a economia solidária e o comércio justo sustentável.

§ 1º Considera-se empreendedor a pessoa física, jurídica ou qualquer outra forma associativa de produção ou trabalho de micro e pequeno porte que tem por função básica a produção de bens ou prestação de serviços objetivando a geração de receita e a promoção do trabalho, emprego e renda.

§ 2º Poderão receber aporte de recursos do “PEDRINHAS EMPREENDEDORA” os empreendedores, nos termos de regulamentação desta Lei.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, considera-se crédito produtivo orientado aquele concedido para atendimento das necessidades financeiras de empreendedores, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto destes com a produção de bens e/ou prestação de serviços que passem a agregar renda com a participação direta destes no local onde é executada a atividade econômica, obedecidas as seguintes exigências:

I – o atendimento ao tomador final dos recursos será realizado pela coordenadoria do programa “PEDRINHAS EMPREENDEDORA”, responsável por autorizar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do





negocio, para a definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II – a comunicação com o tomador final dos recursos deve ser mantida durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica;

III – o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos;

IV – o crédito concedido deverá observar as regras estabelecidas na presente Lei, no decreto de regulamentação e em edital, que disciplinarão a concessão do crédito produtivo, devendo, prioritariamente, ter como objetivo dotar os beneficiários de condições para o desenvolvimento sustentável de suas atividades produtivas;

**Art. 4º** Os modelos de contratos de concessão obedecerão às normas desta Lei e deverão consignar, com destaque, o nome do programa “PEDRINHAS EMPREENDEDORA”.

**Art. 5º** As agências do programa “PEDRINHAS EMPREENDEDORA” deverão ser implantadas com a incumbência de disponibilizar informações sobre o programa e facilitação do acesso dos empreendedores.

**Art. 6º** Para a implementação e operacionalização do programa “PEDRINHAS EMPREENDEDORA”, fica instituído o Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo – “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA”.

**§1º** Os recursos arrecadados através do “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA”, serão administrados pelo titular da Coordenadoria do programa “PEDRINHAS EMPREENDEDORA”.

**§2º** Fica autorizada a destinação de 20% (vinte por cento) dos recursos arrecadados através do “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA” para o custeio operacional do programa “PEDRINHAS EMPREENDEDORA”.

**§3º** O “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA” tem contabilidade própria, e a aplicação de seus recursos ficam sujeitos à prestação de contas na forma e nos prazos da legislação que disciplina a administração financeira.

**Art. 7º** Constitui fontes de recursos do Fundo Municipal a que se refere o artigo anterior:

I – as consignadas no Orçamento Geral do município de Pedrinhas/SE;

II – originárias de arrecadação de Taxa de Administração de Contratos, que tem como fato gerador a assinatura de contratos entre o município de Pedrinhas/SE e os seus fornecedores de produtos e serviços no fator de 2,0% sobre o valor de face deste, a ser realizada no ato de consolidação dos respectivos pagamentos;

III – aquelas decorrentes de recursos próprios das entidades ou órgãos da administração pública municipal, onde se encontram consignadas as dotações orçamentárias do Programa;

IV – recursos arrecadados pelo Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS em montante a ser aprovado pelo conselho gestor do mencionado Fundo devendo estes ser integralmente aplicados em ações que componham a construção de mecanismos de economia solidaria e inserção social;

V – os valores decorrentes do Fundo pelos financiamentos concedidos pelo agente financeiro e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dos recursos não comprometidos;

VI – juros e quaisquer outros rendimentos eventuais;

VII – amortização de empréstimos concedidos;

§1º Nos termos do art. 145, II da CF/1988 e para efeito de consignar contrapartida à cobrança estabelecida no inciso II do presente artigo, fica estipulada como contraprestação municipal a publicação e fiscalização dos contratos administrativos mediante emissão de certidão de regularidade de preceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental que comprove a plena aplicação destes no âmbito da execução dos contratos, sendo esta condição sine qua non de habilitação ao recebimento do pactuado em contrato;

§ 2º Ficam excluídos da incidência de Taxa de Administração de que trata o inciso II do presente artigo, os seguintes contratos:

I – de serviços públicos explorados por concessão dispensadas de procedimento licitatório para contratação com o município;

II – com o valor inferior a dois salários mínimos.

§ 3º As fontes de recursos do Programa, observados os limites e condições da legislação de regência, podem ser utilizadas para abertura de créditos adicionais para o desenvolvimento de suas ações.

4



§ 4º Aplica-se a cobrança de Taxa Administração de Contratos, prevista no inciso II do caput deste artigo, aos pagamentos a credores, cuja contratação se faça, nos termos do art. 62 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores hábeis, tais como, carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

**Art. 8º** A supervisão do Fundo será exercida pelo Conselho Gestor do “PEDRINHAS EMPREENDEDORA” formado por um membro da Secretaria de Finanças, um membro da Procuradoria Municipal, um membro do Gabinete do Prefeito e um membro dos Agentes de Desenvolvimento Municipal atuante, possuindo as seguintes atribuições:

I – auxiliar no estabelecimento de critérios e fixação de limites globais e individuais para a concessão dos financiamentos e subvenções, observadas as disponibilidades do Fundo;

II – sugerir prazos de amortizações e carência, bem como os encargos dos mutuários e multas por eventual inadimplemento contratual;

III – analisar as contas operacionais do Fundo, por meios de balancetes, além de avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades;

IV – manifestar-se sobre ajustes a serem celebrados com terceiros, tendo por objetivo recursos do Fundo;

V – elaborar o regimento interno.

**Art. 9º** Os casos de inadimplência merecerão especial cuidado do Programa, no sentido de identificar circunstâncias ou fatores supervenientes, alheios a vontade do tomador, que possam ser responsáveis por dificuldades momentâneas de pagamento, situação em que deverá proceder a prorrogação das parcelas vencidas ou mesmo a renegociação do contrato, de modo a ajustar as obrigações do tomador à real capacidade de amortização do empreendimento.

**Parágrafo Único.** Adotadas as providências do caput deste artigo, persistindo a inadimplência por parte do tomador, será feita a notificação formal do inadimplemento da obrigação por meio de protesto e, posteriormente, inclusão do inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito, bem como providenciar o envio das informações referentes ao débito para inscrição junto a dívida ativa e execução judicial, através da Procuradoria Geral do Município.

**Art. 10º** O Conselho a que se refere o artigo anterior terá a sua composição definida em Decreto do Chefe do Poder Executivo.



**Art. 11º** Enquanto não instalado o Conselho Gestor, Ato do Chefe do Poder Executivo substituirá as ações do respectivo conselho.

**Art. 12º** Não será concedido empréstimo pelo Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo – FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA aos projetos de comercialização de armas bem como a comercialização de bens e serviços que não sejam condizentes com o sistema legal vigente.

**Art. 13º** Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei.

**Art. 14º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

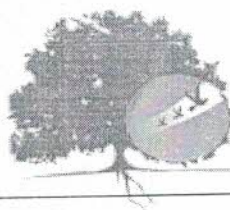
Pedrinhas/SE, 15 de Junho de 2015

Gabinete do Prefeito Municipal de Pedrinhas, Estado de Sergipe.



**JOSÉ ANTÔNIO SILVA ALVES**  
**Prefeito Municipal**





**DECRETO N.º 014/2015  
DE 02 JULHO DE 2015**

**DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO GESTOR MUNICIPAL DA LEI Nº 149/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015 – DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO - “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRINHAS, ESTADO DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas;

Considerando o Art. 170 da Constituição Federal, que dispõe sobre o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;

Considerando o disposto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei 128/2008 e suas alterações;

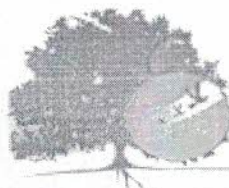
Considerando o Art. 8º, da Lei nº. 149/2015, de 15 de Junho de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica constituído o **CONSELHO GESTOR MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO - “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA”**, situado na Praça Heribaldo Alves de Gois, s/n, Centro, CEP 49.350-000, Pedrinhas/SE, que acompanhará o desenvolvimento de todas as ações voltadas às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Micro Empreendedor Individual, a agricultura familiar, os catadores de resíduos sólidos, os autônomos e as cooperativas de produção do Município.

Art. 2º - O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo “Fundo Pedrinhas Empreendedora” terá a seguinte composição:

- I- Agente de Desenvolvimento - **KLEBERSON DE MELLO SANTOS** - Titular;
- II- Secretaria de Administração e Finanças – **ADALTO ROCHA DOS SANTOS** - Membro;



III- Gabinete do Prefeito – **FERNANDA ISABELITA BARRETO LEITE FONTES** – Membro;

IV- Procuradoria Municipal – **RAIMUNETE SANTOS LIMA** - Membro;

Parágrafo Único – Este Decreto surtirá seus efeitos legais em data retroativa de 15 de Junho de 2015 em consonância com a LEI 149/2015 de 15 de Junho de 2015, data da Promulgação e Publicação da referida Lei 149/2015, onde em seu **Art. 6º** cria o Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo – “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA”.

Art. 3º - Os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo “Fundo Pedrinhas Empreendedora” elegeram o Titular **KLEBERSON DE MELLO SANTOS, CPF 005.523.955-28, CI 148745 SSP/SE**, como Presidente do referido Fundo;

Art. 4º - Os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo “Fundo Pedrinhas Empreendedora” terão como principais atribuições:

I – auxiliar no estabelecimento de critérios e fixação de limites globais e individuais para a concessão dos financiamentos e subvenções, observadas as disponibilidades do Fundo;

II – sugerir prazos de amortizações e carência, bem como os encargos dos mutuários e multas por eventual inadimplemento contratual;

III – analisar as contas operacionais do Fundo, por meios de balancetes, além de avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades;

IV – manifestar-se sobre ajustes a serem celebrados com terceiros, tendo por objetivo recursos do Fundo;

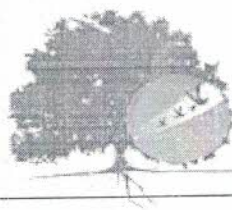
V – elaborar o regimento interno.

Art. 5º – O mandato dos membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo “Fundo Pedrinhas Empreendedora” não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 6º - Fica instituído o Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo – “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA”.

Parágrafo Único – O mandato dos membros do Conselho Gestor Municipal será de 04 (Quatro) anos.





Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e surtirá seus efeitos legais em data retroativa de 15 de Junho de 2015 em consonância com a LEI 149/2015 de 15 de Junho de 2015, data da Promulgação e Publicação da referida Lei 149/2015, onde em seu **Art. 6º** cria o Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo – “FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDORA”, ficando revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRINHAS/SE, EM 02 DE  
JULHO DE 2015.**

**JOSÉ ANTONIO SILVA ALVES**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se e Cumpra-se**  
Conferido (a), numerado (a) e datado (a),  
na forma regulamentar. Publicado (a) na  
Prefeitura Municipal nos termos da Lei  
Orgânica do Município de Pedrinhas/SE,  
mediante afixação no local de costume,  
em 02/07/2015.

**ADALTO ROCHA DOS SANTOS**  
Secretário Mun. De Administração

**DECRETO Nº. 010/2015**

**ATO DE PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 149/2015**

**Por meio da presente, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal promulga a Lei Municipal nº 149/2015 e dá outras providências correlatas.**

Considerando o teor do Ofício nº 20/2015, passado pela Egrégia Câmara Municipal de Vereadores, devidamente assinado pelo Vereador Presidente, o Sr. **Laerte Alves de Almeida**, datado de 15/06/2015, e recebido em 10/06/2015, na Prefeitura Municipal de Pedrinhas/SE, por meio de quem aquela Presidência informou que o Poder Legislativo aprovou o **Projeto de Lei nº 007/2015**, sem que sido modificado por conta de emenda parlamentar;

Considerando a inexistência de oposição de veto;

Considerando o que dispõe o art. § 1º, e seguintes, da Lei Orgânica Municipal de Pedrinhas;

Considerando, por fim, que o processo de formação das leis exige que haja a Sanção formal por parte do Executivo,

**RESOLVE o Prefeito Municipal de Pedrinhas, no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais:**

Art. 1º - Promulgar a **Lei nº. 149/2015**, a qual resulta do **Projeto de Lei nº. 007/2015**, na forma que se encontra redigida em anexo, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos.

Art. 2º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se e Publique-se na forma da Lei Orgânica Municipal.

**Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Pedrinhas, Estado de Sergipe, em 15 de junho de 2015.**



**JOSÉ ANTONIO SILVA ALVES**  
Prefeito Municipal